



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000954267

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1058047-85.2016.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes GUILHERME SOARES GONÇALVES ALVES (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e THIAGO SOARES ALVES (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), são apelados MAURICIO SOARES DE MORAIS e TOKIO MARINE SEGURADORA S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores WALTER EXNER (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 23 de novembro de 2020.

MILTON CARVALHO
Relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº 27647.

Apelação nº 1058047-85.2016.8.26.0002.

Comarca: São Paulo.

Apelantes: Guilherme Soares Gonçalves Alves e outro.

Apelados: Mauricio Soares de Moraes e Tokio Marine Seguradora S.A.

Juiz prolator da sentença: Adriana Marilda Negrão.

ACIDENTE DE TRÂNSITO. Ação de reparação de danos. Responsabilidade civil. Evento danoso ocorrido no momento em que duas motocicletas tentaram passar entre dois caminhões. Vítima e pai dos autores que conduzia a sua motocicleta pelo “corredor” entre as faixas. Ausente comprovação de conduta ilícita por parte do réu, condutor do caminhão de concreto. Conjunto probatório que corrobora a versão da defesa. Improcedência mantida. Recurso desprovido.

Trata-se de ação de reparação de danos materiais, morais, julgada improcedente pela respeitável sentença de fls. 403/406, cujo relatório se adota, sob o fundamento de não se verificou que o réu tenha, por qualquer meio, contribuído para o evento, em virtude do que a parte autora foi condenada a arcar com o pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em R\$3.000,00, ressalvada a gratuidade da justiça.

Inconformados, **apela o autor** sustentando, em síntese, que não houve culpa da vítima no acidente, uma vez que o caminhão de concreto estava “comendo faixa”; que seu genitor não foi imprudente, pois estava apenas trafegando normalmente na sua via, quando foi abruptamente atingido pelo caminhão de concreto; que a indenização por danos morais é devida e decorre do inegável sofrimento psíquico pela morte de pai ainda na sua juventude e em circunstâncias trágicas; e que o apelado

deve ser condenado a pagar pensão mensal no equivalente a um salário mínimo e meio. Requerem sejam acolhidos os pedidos iniciais (fls. 410/417).

Houve respostas, alegando a seguradora falta de impugnação específica (fls. 420/422 e 423/428).

A Procuradoria de Justiça se manifestou pelo desprovimento do recurso (fls. 441/443).

É o relatório.

O apelo não é de ser acolhido.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o apelo merece ser conhecido, porque embora, de fato, em algumas partes, haja a mera reprodução de parágrafos da petição inicial, em outras, restou manifestado o inconformismo, de maneira dialética, o que justifica a análise das razões recursais.

Superada a preliminar, passa-se à análise do mérito.

Narra a petição inicial que, em 17/09/2015, a vítima e pai dos autores transitava pela Avenida Nações Unidas, sentido centro, conduzindo a sua motocicleta, quando foi atingido pelo caminhão do réu. Em razão do acidente, ele veio a óbito, o que motivou o ajuizamento desta demanda, na qual os autores requereram a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais (115 salários mínimos) e lucros cessantes, referentes a pensão correspondente a um salário mínimo e meio, com 13º salário e 1/3 das férias, da data do óbito até a data em que a vítima atingiria 65 anos.

A demanda foi julgada improcedente, o que motivou a interposição do apelo.

Contudo, em que pese o inconformismo manifestado, a respeitável sentença recorrida não comporta reparos.

Em sua narrativa inicial, os autores afirmaram, genericamente, que a motocicleta foi atingida pelo caminhão (fls. 3), de outra parte, o réu sustentou que foi o pai dos autores que procedeu a manobra de ultrapassagem irregular e ilegal entre as faixas, no meio de dois caminhões, sem respeitar espaço seguro entre os veículos que ali transitavam (fls. 51).

No boletim de ocorrência juntado aos autos, constou que **Os policiais verificaram que houve um acidente na via acima no momento em que ambas as motocicletas tentaram passar entre dois caminhões.** *Aparentemente ocorreu um contato com o caminhão, quando a moto de Thiago perdeu o equilíbrio, momento em que ele caiu debaixo do caminhão. A moto de Raquel também caiu, mas ela caiu fora do caminhão, de forma que restou lesionada (fls. 24).*

O motorista Maurício relatou que *Transitava normalmente, e o acidente não ocorreu em momento de mudança de faixa. Informa que olhou pelo retrovisor esquerdo e não notou anormalidade nenhuma. Ocorre que, ao olhar depois de segundos, notou que um caminhão de concreto da faixa ao lado estava “comendo faixa”, ou seja, estava se dirigindo à faixa do declarante. Informa que notou que o motociclista estava entre os dois caminhões, e foi atingido pelo caminhão de concreto (fls. 24).*

A testemunha Sérgio afirmou que *Estava umas cinco motos atrás da moto CB 300 da vítima e notou quando ele foi para a faixa*

da direita. **Percebeu que a vítima tentou passar entre dois caminhões.** O rapaz aparentemente perdeu o equilíbrio ao ser atingido por um caminhão (fls. 24/25).

Nos autos do inquérito policial, a outra vítima, Raquel Patrícia Lima, declarou que *Na data dos fatos, transitava com sua moto pela Avenida das Nações Unidas, altura da Ponte João Dias; que, ao acessar a Avenida das Nações Unidas, sentido centro, notou que **um motociclista que vinha logo atrás tentou ultrapassá-la, fazendo com que o guidão das motocicletas se tocassem, o que causou seu desequilíbrio,** fazendo com que caísse junto ao canteiro, e o outro motociclista quedou-se sob um caminhão* (fls. 390).

Embora o motorista Maurício, condutor do outro caminhão, tenha declarado que o caminhão do réu estava invadindo a faixa ao lado, além de inexistir prova nesse sentido, é certo que a própria vítima Raquel não fez tal afirmação. E todos os depoimentos confirmam que o pai dos autores estava tentando realizar ultrapassagem entre dois veículos.

Assim sendo, em que pesem os danos experimentados pelos autores com a morte de seu genitor, o que se lamenta, da análise de todo o conjunto probatório é possível concluir que não restou caracterizada conduta ilícita ou culposa por parte do réu.

Ao que tudo indica, o evento decorreu da conduta temerária da vítima, que conduzia a sua motocicleta entre dois veículos, forçando passagem pelo “corredor”, situação claramente arriscada e apta a produzir danos.

Nesse sentido:

Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Ação de indenização. Colisão entre carro e moto. Motociclista que trafegava pelo "corredor" entre os veículos. Inobservância das cautelas indispensáveis na condução da motocicleta, caracterizando o manifesto desrespeito às regras de trânsito. Culpa exclusiva da autora. Reconhecimento. Recurso não provido. (TJSP; Apelação Cível 1000817-45.2018.8.26.0704; Rel. Cesar Lacerda; 28ª Câmara de Direito Privado; j. 01/06/2020) (realces não originais)

APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO – COLISÃO ENTRE ÔNIBUS E MOTOCICLETA - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – VERSÕES CONFLITANTES ACERCA DO ACIDENTE - CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS QUE NÃO DEMONSTRA A RESPONSABILIDADE DOS RÉUS PELO EVENTO DANOSO – AUTOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PREVISTO NO ARTIGO 373, INCISO I, DO CPC – MOTOCICLISTA QUE TRANSITAVA PELO "CORREDOR" ENTRE FAIXAS SEM GUARDAR DISTÂNCIA DE SEGURANÇA LATERAL ENTRE VEÍCULOS – INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29, INCISO II, DO CTB - INDENIZAÇÃO INDEVIDA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1017844-92.2014.8.26.0506; Rel. Cesar Luiz de Almeida; Órgão Julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; j. 01/06/2020) (realces não originais)

ACIDENTE DE TRÂNSITO – Colisão entre motocicleta e caminhão – Falecimento do condutor da moto – Ação de indenização por danos morais e materiais proposta pela genitora da vítima – Sentença de improcedência – Apelo da autora – Motocicleta que transitava no corredor entre os veículos – Morte da vítima decorrente da queda da motocicleta – Causa eficiente do acidente

não vinculada a conduta do motorista do caminhão – Inexistência de dever de indenizar – Apelação desprovida (TJSP; Apelação Cível 0002889-67.2011.8.26.0348; Rel. Carlos Henrique Miguel Trevisan; 29ª Câmara de Direito Privado; j. 31/08/2016) (realces não originais)

Com efeito, em vista das provas existentes, não era possível reconhecer a responsabilidade do réu para reparar eventuais danos suportados em virtude do acidente, na medida em que a causa do evento reside na circunstância de o pai dos autores não ter adotado as cautelas necessárias para transitar na via com sua motocicleta.

Destarte, porque deu adequada solução à lide, a respeitável sentença de improcedência deve ser integralmente mantida.

Por conseguinte, nos termos do artigo 85, §11, do Código de Processo Civil, majoram-se os honorários advocatícios fixados em desfavor dos apelantes para R\$3.600,00, em observância ao trabalho adicional realizado em grau de recurso e aos critérios previstos no §2º do mesmo artigo 85, observada a gratuidade da justiça.

Por tais fundamentos, ***nega-se provimento*** ao recurso.

MILTON PAULO DE CARVALHO FILHO
relator